

CONTRIBUIÇÕES DE DOCUMENTOS INTERNACIONAIS DEDICADOS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PARA A ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: A INAUGURAÇÃO DE UM NOVO DEBATE SOBRE O ENTORNO E AS ZONAS DE AMORTECIMENTO

Cristiane V. Cabreira⁽¹⁾; Cláudia M. de L. Barroso-Krause⁽²⁾; Rosina T. M. Ribeiro⁽³⁾

(1) Arquiteta e Urbanista, M. Sc., Doutoranda do PROARQ/ FAU/ UFRJ, e-mail:

cristianecabreira@gmail.com

(2) Arquiteta, D. Sc., Professor Adjunto, PROARQ/ FAU/ UFRJ, e-mail: barroso.krause@gmail.com

(3) Arquiteta, D. Sc., Professor Associado, PROARQ/ FAU/ UFRJ, e-mail: rosinatrevisan@gmail.com

Resumo

Inserido na discussão acerca da adequação ambiental de edifícios históricos e sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas e condições ambientais adversas, este artigo tem por objetivo apresentar as contribuições dos mais recentes documentos dedicados à preservação do patrimônio cultural para a adequação ambiental de edifícios históricos. Fruto de pesquisa de doutorado em andamento adotou-se como metodologia a análise da publicação de 2005 da Operational Guidelines da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e a Declaração de Xi-an, do mesmo ano, bem como dos artigos que foram publicados no seminário que deu origem a este último, e dos documentos mais recentes que abordam desdobramentos ou aprofundamento dos conceitos apresentados. Tais documentos reconhecem que a assimilação dos contextos materiais, climáticos, econômicos e sociais devem se somar aos visuais até então preponderantes. Além disso, inauguram um novo debate acerca do papel do entorno e das zonas de amortecimento, destacando especialmente seus aspectos ambientais e sua potencialidade de transformação. Como resultado aponta a valorização deste aspecto ambiental nos documentos para a preservação do patrimônio cultural e identifica a necessidade de desenvolvimento de pesquisa acerca da sustentabilidade ambiental que abarque edifícios históricos e não históricos de maneira integrada e complementar.

Palavras-chave: Adequação Ambiental de Edifícios Históricos; Patrimônio Sustentável; Declaração de Xi-an.

Abstract

Inserted into the environmental adaptation of historic buildings discussion and their ability to adapt to climate change and adverse environmental conditions, this paper aims to present the contributions of the most recent heritage preservation documents for the historic buildings environmental adaptation. A part of ongoing doctoral research, this paper analyzed the publication of UNESCO Operational Guidelines and the Xi-An Declaration, 2005, and other documents that deployment and deepened the concepts presented. These documents recognize that the assimilation of material, climatic, economic and social contexts should be added to the visua. Furthermore, its inaugurate a new debate about the surroundings and buffer zones, emphasizing its environmental aspects and their transformation potential. As a result, indicates the valorization of the environmental aspects in the heritage preservation documents and identifies the necessity of research on environmental sustainability that embraces historic buildings and not historic integrated and complementary away.

Keywords: Historic Buildings Environmental Adaptation; Sustainable Heritage; Xi-an Declaration.

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento da necessária abordagem integrada entre os edifícios históricos e o contexto no qual estão imersos tem suscitado a discussão acerca do papel desempenhado pelo entorno e as zonas de amortecimento. Em muitos casos absorvidos pela malha urbana e alvo de um contexto em constante transformação, sofrem com danos e prejuízos à sua preservação oriundos de fontes localizadas além da poligonal de proteção. Por isso há um esforço para o estabelecimento das diretrizes para a preservação do seu entorno, ainda que não apresente interesse patrimonial, em uma tentativa de consolidar uma faixa de gradação que remedie os efeitos negativos das transformações urbanas. Não há dúvidas da importância desta ação na preservação do patrimônio. Ela busca resguardar a fruição do bem e manter um ambiente para emoldurar a sua percepção e apreensão na paisagem cultural. No entanto, na abordagem do tema da percepção da paisagem cultural há uma lacuna visto que esta não deve se limitar ao visual, mas também à assimilação de outros contextos: materiais, climáticos, ambientais, econômicos, sociais e culturais.

Tais outros atributos estiveram presentes de maneira superficial e sem maiores destaques em diversos documentos relacionados à disciplina da preservação do patrimônio cultural. Dentre estes documentos pode-se citar a Recomendação de Paris de Paisagens e Sítios, de 1962, que recomenda medidas de controle que possam causar danos às paisagens e aos sítios considerando, dentre outros, a poluição do ar, da água e do solo, o desmatamento e o descarte de resíduos; e a Carta de Washington, de 1986, que destaca os aspectos ambientais a serem considerados na preservação de cidades históricas. Isto se deve à evolução própria do tema da preservação e de sua abrangência, que evoluiu do edifício isolado até a inclusão do seu contexto, da cidade e da paisagem da qual é parte, além da consideração crescente de diversos atributos. Os documentos mais recentes oriundos dos organismos internacionais dedicados à preservação do patrimônio como a *Operation Guidelines* e a Declaração de Xi-an sobre a Conservação do entorno edificado, sítios e áreas do Patrimônio Cultural, adotada pelos membros presentes no congresso do Icomos realizado em Xi-an, China, ambas de 2005, reconhecem a necessidade de consideração de outros atributos na preservação do patrimônio e definem as diretrizes para sua preservação. Desta forma contribuem para uma leitura avançada do tema ao propor novas conexões com outros documentos e disciplinas.

Neste contexto o entorno é tido como elemento fundamental visto que gera impactos na estrutura física do edifício, e sua dinâmica de transformação geralmente incrementa o processo de degradação material, além de caracterizar determinado sítio urbano. Há que se extrapolar os limites físicos do edifício para compreender suas relações com o ambiente exterior e o processo de urbanização. Estas relações e os efeitos recíprocos que ocasionam podem ser observados especialmente em áreas densamente construídas e ocupadas, onde os efeitos negativos da urbanização para o conforto térmico e a saúde da população e o impacto ambiental ocasionado por outras variáveis ambientais são facilmente perceptíveis.

A metodologia para elaboração do artigo baseou-se na análise conceitual dos documentos publicados por órgãos internacionalmente reconhecidos de proteção do patrimônio construído. Tal orientação se justifica por se tratar de uma proposição universal que deverá ser aplicada segundo as especificidades locais, foco maior da pesquisa de doutorado. Outros documentos são abordados uma vez que reforçam ou aprofundam os conceitos apresentados. O objetivo é apresentar a contribuição dos mais recentes documentos dedicados à preservação do patrimônio para a transformação da abordagem do entorno e das zonas de amortecimento de maneira a assinalar o seu potencial para a adequação ambiental de edifícios históricos sem prejuízo da sua autenticidade e da sua integridade. O termo zona de amortecimento, analogamente adotado no contexto da preservação do patrimônio, é originalmente utilizado

para designar as áreas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, que tem por objetivo minimizar os impactos negativos sobre estes últimos (KÜHL, 2008).

2. CONTRIBUIÇÕES PARA UMA NOVA ABORDAGEM DO ENTORNO E DAS ZONAS DE AMORTECIMENTO

2.1. Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (*Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*)

A publicação da *Operational Guidelines* da UNESCO tem por objetivo facilitar a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial (1972) descrevendo procedimentos com vistas, dentre outros, à inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo e sua proteção e conservação. Trata-se de um documento periodicamente revisado que reflete as decisões do Comitê do Patrimônio Mundial. (UNESCO, 2011)

O Capítulo II do referido documento, em especial o item II.F, que trata dos aspectos de Proteção e Gestão, traz a definição dos limites para uma proteção eficaz e das então denominadas *buffer zones* (aqui traduzidas como zonas de amortecimento), destacando-as como condição essencial para proteção do bem. Apesar do termo estar incluído em versões anteriores, a partir da publicação de 2005 enfatiza-se sua influência direta na preservação do patrimônio e a necessidade de estudos específicos que regulem sua extensão, características e usos apropriados. Segundo tal documento, a zona de amortecimento é definida como uma área envolvente cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas de forma a reforçar a proteção do bem a que se refere. No caso deste documento, embora considerado que as zonas de amortecimento não façam parte do bem, qualquer alteração feita posteriormente à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial deverá ser alvo de aprovação. Exige-se também uma explicação clara sobre a influência desta zona na preservação do bem e, caso não tenha sido determinada, deve ser incluída uma declaração que indique as razões da não inclusão.

Além de dar destaque à garantia das perspectivas visuais importantes, o documento considera incluir outras áreas ou atributos que desempenhem função significativa para o bem e sua proteção. Além de aspectos de gestão que devem especificar a forma de preservação do bem, a partir da versão de 2005 destaca-se a utilização sustentável dos mesmos, aspecto não considerado nas versões anteriores. Considera-se que os bens do patrimônio mundial podem receber diversos usos de maneira ecológica e culturalmente sustentável, certificando-se que não incida efeito negativo sobre o valor universal excepcional, a integridade e/ou autenticidade do bem. Na publicação de 2011, enfatiza-se que estes usos podem contribuir para a qualidade de vida das comunidades envolvidas, inaugurando o termo na série histórica do documento.

A análise do documento apresenta uma nova atribuição de valor ao entorno e às zonas de amortecimento de bens protegidos. Reconhece-se sua influência e seu potencial de transformação, cujos aspectos negativos necessitam de adequada mensuração e avaliação para garantia da integridade do bem. Tais aspectos abrem caminho, ainda que preliminarmente, para a intervenção nestes espaços com vistas à adequação ambiental de edifícios históricos, possibilitando transformações que permitam controlar ou pelo menos monitorar os impactos da modificação do ambiente urbano ou rural do qual é parte e a proposição de estratégias que abarquem efeitos positivos na sua preservação e qualidade de vida.

2.2. A 15ª Assembléia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Icomos e a Declaração de Xi-an (2005)

O simpósio científico da 15ª Assembléia Geral do Icomos realizada em Xi-an dedicou-se ao tema “Os monumentos e os sítios em seu entorno – Conservar o patrimônio cultural nas cidades e as paisagens em processo de mudança”. Visou-se discutir os muitos monumentos e sítios de países em desenvolvimento, em especial os da Ásia, cujas paisagens estão em permanente e acelerada mudança e são alvo de muitas pressões para geração de infraestrutura, adequação ao modo de vida contemporâneo e desenvolvimento econômico. Buscou-se partilhar a natureza dos problemas e elencar as possíveis soluções para salvaguarda do patrimônio cultural (NISHIMURA, 2005). O Brasil foi representado nesta ocasião pelo artigo de Betina Adams, intitulado “Dealing with the historic cores of “Swollen Cities”. Notes from the Brazilian perspective.”

A leitura dos artigos deste simpósio revela um esforço na atribuição de outros valores que não os visuais ao entorno, admitindo efetivamente sua relação de interdependência recíproca em relação ao monumento e suas diversas dimensões. Em grande maioria baseado em estudos de caso, nota-se que os termos “ambiente” e “sustentabilidade”, inclusive em termos correlatos, admite uma aceção cultural de ambiência e memória a ser transmitida, respectivamente. Cabe destacar os artigos de Goodchild (2005) e Lin (2005) que apontam, respectivamente para uma abordagem integrada e holística da preservação, ressaltando a qualidade de vida necessária, e para o gerenciamento ambiental do estudo de caso referido, embora tenha relação mais estreita com a questão da ambiência. Naquela ocasião, os participantes da XV Assembléia Geral do Icomos adotaram a nomeada Declaração de Xi-an (ICOMOS, 2006) que recomenda, dentre outros, desenvolver instrumentos de planejamento e práticas para a conservação e a gestão do entorno, o acompanhamento e a gestão das mudanças que o ameacem e a inclusão das comunidades locais, interdisciplinares e internacionais para a cooperação e o fomento de uma consciência social sobre sua conservação e gestão. Neste documento admiti-se a interação entre monumento e seu entorno segundo o ambiente natural e determina que “devem ser feitas avaliações do impacto ambiental de qualquer projeto que possa comportar um impacto sobre o significado das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio, assim como sobre seu entorno” (ICOMOS, 2006, Art. 8). Nos artigos subsequentes, alerta para o necessário acompanhamento e gestão das transformações no entorno de forma mais abrangente e seus impactos, isolados ou cumulativos, de maneira a garantir que seu significado cultural e caráter peculiar sejam mantidos, não significando necessariamente evitar ou impedir a mudança.

O aspecto mais significativo desta declaração para o tema a que este artigo se propõe é o Artigo 11, que ao estabelecer que “a gestão deve definir as formas e as ações necessárias para avaliar, medir, evitar ou remediar a degradação, a perda de significado, ou a banalização e propor melhorias para a conservação, a gestão e as atividades de interpretação” (ICOMOS, 2006), abre caminho para a inserção de critérios ambientais na preservação de edifícios históricos. O artigo ainda aponta a necessidade do estabelecimento de indicadores de natureza quantitativa e qualitativa que permitam avaliar qual é a real contribuição do entorno para o significado do bem em questão. Estes indicadores devem considerar, dentre outros, aspectos de contaminação ambiental e acústica e a configuração dos espaços abertos.

A Declaração de Xi-an aborda de maneira inédita o aspecto ambiental do patrimônio cultural. Admite a associação de diversos contextos e a importância de um trabalho interdisciplinar que resulte no estabelecimento de indicadores que orientem a intervenção em tais áreas. Alerta para o fato de que a preservação e intervenções no monumento isolado não são o suficiente para garantia da sua significação e representatividade na memória.

2.3. Outros documentos

No contexto apresentado, agrega-se outros documentos que contribuem para a discussão em questão, a saber: o Memorando de Vienna (2005) e os documentos de referência do Icomos como o resultante do Simpósio do Icomos em Hiroshima, em 2006.

O Memorando de Vienna (2005) foi adotado pela conferência internacional “Patrimônio Mundial e Arquitetura Contemporânea – Gestão da paisagem histórica urbana”, visando contribuir para o debate acerca da preservação sustentável de monumentos e sítios. Configura-se como uma declaração chave de uma abordagem integrada que relaciona arquitetura contemporânea, desenvolvimento urbano sustentável e integridade da paisagem baseada em padrões históricos, edifícios e contexto no qual estão inseridos. O documento foca nos impactos do desenvolvimento contemporâneo na paisagem urbana, se propondo a ir além dos termos corriqueiros “centros históricos”, “conjuntos” e “arredores” frequentemente mencionados nas Cartas Patrimoniais. Propõe a avaliação dos impactos a longo prazo e da sustentabilidade das intervenções como parte integrante do processo de planejamento que visa a proteção do patrimônio. Além disso, propõe no Artigo 24 que o planejamento da infraestrutura urbana em zonas de proteção deve incluir medidas que também mitiguem os efeitos negativos da circulação de veículos e estacionamentos. Assim relaciona a preservação com os demais aspectos e atributos da cidade, reconhecendo a necessidade de intervenções de qualidade que assegurem a identidade e reconhecimento dos bens protegidos bem como a mitigação dos efeitos negativos do desenvolvimento.

O Simpósio do Icomos dedicado à Convenção do Patrimônio Mundial e às Zonas de Amortecimento, em 2006, em Hiroshima, Japão, reforçou a discussão vigente. As recomendações derivadas de tal simpósio (Recomendação de Hiroshima, Recomendação de Tomonoura e as Recomendações Internacionais do Icomos) ressaltaram que o reconhecimento das zonas de amortecimento e sua influência tem grande importância para o patrimônio, em especial nos aspectos legal, socioeconômico, ambiental e político (ICOMOS, 2006). Outros documentos recentes do Icomos ressaltam a zona de amortecimento como ferramenta de preservação, tais como: a Declaração de Québec, sobre a Salvaguarda do Espírito do Lugar (2008), a Carta do Icomos da Nova Zelândia, para a Conservação de Sítios do Patrimônio Cultural (2010) e os Princípios de Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além das discussões do significado da terminologia entorno, zonas de amortecimento e correlatos, as publicações analisadas apresentam a função destes espaços na preservação de edifícios históricos. Estas publicações superam a análise corriqueira de aspectos físicos (edifícios, materiais, escala), históricos (funções e organização espacial) e associações visuais entre edifícios e seu entorno para incluir temas como ambiente, desenvolvimento sustentável e percepção ambiental mais efetivamente. Neste sentido, a *Operational Guidelines* da UNESCO publicada em 2005 e a Declaração de Xi-an do mesmo ano inauguram uma leitura avançada do tema, propondo conexões com outros documentos e disciplinas. Estes documentos, somados a outros posteriores, destacam a importância da delimitação de tais zonas não só com o objetivo de criar uma faixa de transição e de amortecimento propriamente dito, mas de considerá-las como de grande influência na garantia da autenticidade e integridade do bem a que se refere. Propõem que as zonas de amortecimento sejam alvo de intervenções de qualidade que assegurem um efeito positivo na assimilação e reconhecimento do bem e na sua preservação, bem como mitiguem os efeitos negativos de eventos naturais, de condições climáticas e ambientais adversas, e de ações humanas invasivas.

Neste sentido, os documentos analisados propõem uma forma de abordagem do entorno e das zonas de amortecimento que possivelmente irão contribuir para a adequação ambiental de edifícios históricos de maneira que possam responder positivamente às demandas da contemporaneidade de uso, mudanças climáticas e conforto humano sem perda da sua integridade e autenticidade. Através da abordagem no entorno, pode-se evitar a intervenção na matéria original garantindo sua autenticidade. Assim torna-se urgente e necessária a contribuição com conhecimento tanto da área da preservação do patrimônio quanto da ambiental para que sejam desenvolvidas pesquisas que abarquem a qualidade ambiental de edifícios históricos e não históricos de maneira integrada e complementar. A adequação ambiental de edifícios históricos carece de uma abordagem propositiva e não apenas reflexiva de maneira a enriquecer as condições de conservação da matéria original e favorecer o seu uso efetivo.

Nota-se a valorização do aspecto ambiental nos documentos dedicados à preservação do patrimônio e a ênfase em uma abordagem multidisciplinar que considere diversos aspectos e seus impactos na preservação do patrimônio integrado ao ambiente vivo do qual é parte.

REFERÊNCIAS

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). **Declaração de Xi-an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural.** Tradução em língua portuguesa. Xi-An: ICOMOS/ BRASIL, 2006.

_____. **Recommendations for Icomos.** Japão: Conference on the World Heritage Convention and the Buffer Zone, 2006.

_____. **Declaração de Québec.** Sobre a preservação do “Spiritu loci”. Canadá: 2008.

_____. **ICOMOS New Zealand Charter.** For the Conservation of Places of Cultural Heritage Value. Revised 2010. Nova Zelândia: 2010.

_____. **Principles de la Vallette pour la sauvegarde et la gestion des villes et ensembles urbains historiques.** Paris: 2011.

GOODCHILD, Peter Howard. Managing dynamic change and sustaining the landscape heritage. In: ICOMOS Scientific Symposium “Monuments and sites in their settings – conserving cultural heritage in changing townscapes and landscapes”, 2005, Xi-an. **Anais...** Xi-an: ICOMOS, 2005.

KÜHL, Beatriz Mugayard. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização.** Problemas técnicos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LIN, Wen-Chen. Environmental management and urban planning: the challenge of restoring Taiwan’s famous Lin House with minimal effect on the surrounding community. In: ICOMOS Scientific Symposium “Monuments and sites in their settings – conserving cultural heritage in changing townscapes and landscapes”, 2005, Xi-an. **Anais...** Xi-an: ICOMOS, 2005.

NISHIMURA, Yukio. Rethinking cultural heritage in its setting in changing townscapes and landscapes. In: ICOMOS Scientific Symposium “Monuments and sites in their settings – conserving cultural heritage in changing townscapes and landscapes”, 2005, Xi-an. **Anais...** Xi-an: ICOMOS, 2005.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.** Paris, 2011.

_____. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention.** Paris, 2005.

_____. **Vienna Memorandum on “World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape.** Paris, 2005.